



FRANCISCO ROSIVAN DA SILVA BEZERRA

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO
DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA - CE.**

PRIORIDADE PROCESSUAL

JOSE MARIA DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, agricultor, portadora de RG sob o nº 200303008005 SSP/CE e CPF nº 283.596.153-49, residente e domiciliado no Sítio Melancias, S/N, Zona Rural, Russas-CE CEP.62.900-000, vem a ilustre presença de Vossa Excelência, neste ato representado por seu advogado ao final assinado, propor a presente,

**AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT
(RITO ORDINÁRIO)**

Contra **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, pessoa jurídica de direito privando, inscrita no CNPJ sob o nº 33.054.826/0001-92, Rua Silva Paulet, nº 769 - sala 202, Edifício Gentil Meireles, Fortaleza/CE, CEP: 60120-020 e **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, 74, 15º andar, Bairro Centro, Rio de Janeiro-RJ, onde poderá ser citada, pelos fatos e fundamentos que hora passa a expor:



FRANCISCO ROSIVAN DA SILVA BEZERRA

I. DA PRIORIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL AO IDOSO

Inicialmente insta observar Excelência, que a parte autora, ultrapassou os 60 anos de idade (vide Documento Oficial acostado), sendo digna, portanto, da obtenção de prioridade da tutela jurisdicional, com supedâneo na Lei n.º 10.741/03.

Neste diapasão, reza o art. 71 da Lei n.º 10.741/03, o digno Estatuto do Idoso que:

Art. 71. É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.

(grifei)

§ 1º O interessado na obtenção da prioridade a que alude este artigo, fazendo prova de sua idade, requererá o benefício à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará as providências a serem cumpridas, anotando-se essa circunstância em local visível nos autos do processo.

Portanto faz jus, a parte autora do benefício da prioridade processual, tendo em vista ser pessoa idosa e atendendo todos os requisitos legais.

II. DA LEGITIMIDADE PASSIVA

Qualquer seguradora que integre o convenio alusivo ao DPVAT possui legitimidade para figurar no polo passivo da ação judicial, sendo irrelevante o fato de o pagamento parcial ter sido implementado por seguradora diversa, senão vejamos o posicionamento da jurisprudência sobre o assunto:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA. SUBSTITUIÇÃO DO POLO PASSIVO. SEGURADORA LÍDER. IMPOSSIBILIDADE. CARÊNCIA DE AÇÃO. VERBA HONORÁRIA. Substituição processual: a escolha da



FRANCISCO ROSIVAN DA SILVA BEZERRA

seguradora contra quem vai litigar a vítima ou beneficiário do seguro DPVAT pertence a ela tão-somente, não sendo oponível a resolução do CNSP que criou a entidade líder das seguradoras. Preliminar de ilegitimidade passiva afastada. (...). (Apelação Cível N° 70028375475, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Romeu Marques Ribeiro Filho, Julgado em 11/03/2009)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. seguros. INDENIZAÇÃO. DPVAT. SUBSTITUIÇÃO PÓLO PASSIVO. SEGURADORA LÍDER. DESCABIMENTO. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. EXTINÇÃO. 1. No caso em exame, releva ponderar que qualquer seguradora pertencente ao consórcio é parte legítima para figurar no pólo passivo da presente demanda, uma vez que tem o dever jurídico de responder pelo pagamento da indenização decorrente do seguro DPVAT, pois há comunhão de seguradoras que gerencia a distribuição dos fundos destinados ao pagamento do referido seguro. 2. Assim, descabe a substituição do pólo passivo da presente demanda da recorrente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT. 3. Dessa forma, como a ação foi ajuizada contra a MBM Seguradora S/A., esta teria legitimidade para propor a exceção de incompetência, e não a Seguradora Líder. Negado seguimento ao agravo de instrumento. (Agravo de Instrumento N° 70027505288, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 15/12/2008)

Desta feita resta mais que comprovado que qualquer seguradora que integre o convenio alusivo ao DPVAT possui legitimidade para figurar no polo passivo.

III. DOS FATOS

No dia 25/03/2016, por volta das 05:30hrs, o autor



FRANCISCO ROSIVAN DA SILVA BEZERRA

era condizida na garupa do veículo motocicleta HONDA/NXR 160 BROS ESD, placa PMV-3084/CE, momento vieram a colidir com a lateral de um caminhão que trafegava no mesmo sentido que o autor na via, o que ocasionou a perda do controle por parte do condutor do veículo e ambos vieram cair ao solo, em decorrência daquele fato teve um grave comprometimento, qual seja: **Lesão no pé esquerdo e luxação no ombro esquerdo**, conforme descrevem documentação, em anexo.

Diante dos fatos, a parte autora **procurou receber pela via administrativa** os valores a que tinha direito através do Seguro DPVAT, o que foi **prontamente reconhecida pela seguradora na via administrativa, uma vez que lhe foi paga a quantia de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais)**, conforme documento em anexo,

Resta por demais demonstrado nos presentes autos a inquestionável invalidez permanente da parte Autora, motivo pelo qual não houve a escusa do pagamento na via administrativa.

Desta forma, incontroverso a invalidez permanente do Autor, sendo questionado, nesta oportunidade, a ILEGALIDADE cometida quando do pagamento a menor realizado na via administrativa.

Assim em virtude do ato praticado pela Demandada, além de ser ilegal e abusiva, motivo este que se torna necessária à intervenção deste Juízo para resolução da presente lide nos termos que se seguem

IV. DO DIREITO

A pretensão autoral encontra-se amparada pela Lei 6.194/74 e art. 7º da Lei 8.441/92.

De fato, a referida Lei n. 6.194/74 (Lei do Seguro Obrigatório - DPVAT), em seu art. 3º, garante o pagamento de seguro aquelas pessoas que venham a ficar com debilidade permanente, em decorrência de acidente de trânsito.

Portanto tem a autora o direito ao recebimento da indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescido de correção monetária e juros de mora desde a época do evento danoso tudo isso conforme a Lei 6.194/74 com redação dada pela Lei 11.945/2009 senão vejamos:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por



FRANCISCO ROSIVAN DA SILVA BEZERRA

invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

(...)

Destarte, caso a seguradora Ré comprovar que pagou alguma importância, a título de DPVAT, na época, tal valor deverá ser descontado do montante da presente postulação.

V. DO PEDIDO DE LIMINAR

Aduz o Art. 396, do Código de Processo Civil, o seguinte:

Art. 396 - O juiz pode ordenar que a parte exiba documento ou coisa, que se ache em seu poder.

Art. 399 - O juiz não admitirá a recusa:

I - se o requerido tiver obrigação legal de exhibir; (...)

III - se o documento, por seu conteúdo, for comum às partes.

A presente medida se faz claramente necessária ante o caráter eminentemente social do seguro obrigatório, bem como para corroborar os fatos ora apresentados e chegar-se a verdade precisa de quais valores já foram parcialmente recebidos pela Autora.

Além do mais, acaso deferido o presente pedido de liminar, nenhum prejuízo será causado a parte promovida, posto o presente pedido não espelhar decisão meritória, e portanto, nem em uma interpretação por demais restritiva, não possui caráter de irreversibilidade.

Ex positis, requer inicialmente a parte Autora que Vossa Excelência conceda a liminar acima pleiteada, com o fim de que seja determinado que a parte Requerida apresente cópia integral do processo administrativo que tramitou em favor do Requerente, até a audiência conciliatória a ser designada por este ínclito Juízo, a fim de que se possa verificar os



FRANCISCO ROSIVAN DA SILVA BEZERRA

valores já recebidos, bem como os valores que restam para receber, em virtude da possibilidade e amplo acesso pela Requerida ao sistema "MEGA DATA", sob pena de multa diária no valor de 01 (um) salário mínimo em favor do Autor.

VI. DA NÃO OCORRENCIA DA PRESCRIÇÃO

A pretensão do autor não está prescrita, eis que o inciso IX do parágrafo 3º do artigo 206 do Código Civil, dita que a prescrição é de 03 (três) anos.

Então, não há como alegar-se a ocorrência da prescrição, pela aplicação do artigo 206, parágrafo 3º, IX do Código Civil vigente.

VII. DA JUSTIÇA GRATUITA

Ante a fragilidade financeira em que se encontra a família do Requerente em função da sua modesta renda, requer os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA em virtude de ser pobre na forma da lei, nos termos da declaração anexa, possibilidade esta prevista no Art. 4º, caput, da Lei nº 1.060/50, não podendo, portanto, arcar com custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, tudo consoante com os mandamentos insertos na lei já referida, bem como pelo art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal/88, pelo que desde já assumem estes causídicos o patrocínio da causa.

VIII. DOS PEDIDOS

Pelo exposto, e com fulcro na CF/88 e na legislação vigente, bem como nos princípios gerais do Direito aplicável, requer a V. Exa.:

- a) A prioridade na apreciação do presente feito**, haja vista a parte autora possuir mais de 60 (sessenta) anos de idade, amparado, destarte, pelo art. 1.048, inciso I do Código de Processo Civil e art. 71 da Lei nº 10.741/03;
- b) Deferimento da justiça gratuita** (declaração anexa), bem como a inversão do ônus da prova, nos termos do Art. 3º, §2º, e Art. 6º, VIII, do CDC, haja vista a incontroversa incidência deste diploma legal ao presente caso;



FRANCISCO ROSIVAN DA SILVA BEZERRA

- c) O **deferimento da medida liminar** acima pleiteada para que a parte promovida apresente até a audiência conciliatória a ser designada por V. Exa., toda e qualquer documentação acerca do processo administrativo que tramitou em favor do Requerente, sob pena de pagamento de multa diária no valor de 01 (um) salário mínimo em favor da parte Autora;
- d) a **citação** da empresa Ré no endereço mencionado para, querendo, responder a presente por ocasião da audiência de conciliação/instrução a ser designada por esse Juízo;
- e) A **não realização de audiência de conciliação** ou mediação, nos termos do art. 319, inciso VII do Código de Processo Civil.
- f) **condenar** a Ré ao pagamento de indenização (seguro DPVAT) no valor de **R\$ 8.775,00 (oito mil e setecentos e setenta e cinco reais)**, acrescido de correção monetária e juros de mora desde o evento danoso, nos termos da Sumula 54 do STJ;
- g) a **realização de perícia médica**, se assim entender necessário com a finalidade de comprovar a deformidade permanente do autor.
- h) Que, em caso de ser comprovado pela ré o pagamento em qualquer valor do seguro aqui pleiteado, que seja apurada a possível compensação do *quantum debeatur* devido, vez que o pagamento do Seguro DPVAT deverá ser realizado no montante de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**;
- i) A condenação da empresa demandada no pagamento das custas processuais e **honorários de advogado**, estes à escala de 20% (vinte por cento).

Protesta por todos os meios de provas admitidas em direito, especialmente através dos documentos acostados e outros que venham a ser produzidos, que desde já ficam todas requeridas

Dá-se a causa o valor de R\$ 8.775,00 (oito mil e setecentos e setenta e cinco reais).

Nestes Termos,
Pede Deferimento.



FRANCISCO ROSIVAN DA SILVA BEZERRA

Fortaleza, CE, 26 de novembro de 2018.

Francisco Rosivan da Silva Bezerra
Advogado-OAB/RN 16.941

